

HOUSE, Paul. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida, 2005. Capítulo 1 e apêndice. Resumido em agosto de 2018 por J LHack.

1. História e metodologia

O AT apresenta um relato vital para compreendermos Deus, mas possui barreiras históricas, literárias, teológicas e acadêmicas, além do pouco conhecimento em geral sobre seu conteúdo. Após revermos a história dessa disciplina e propor uma metodologia, analisaremos o AT livro a livro, seguindo a ordem da Bíblia Hebraica, concluindo com a interligação com o NT. Usaremos um tema unificador para manter coesos os diversos tópicos.

1.1. Um apanhado do estudo da teologia do AT

Para descrever o estudo da teologia do AT, podemos começar pelo próprio AT e sua intertextualidade (desenvolvimento progressivo de ideias), pelo tratamento do NT ao AT (mas é inverter a ordem correta), pelo histórico como estudiosos do passado o entenderam (pais, intérpretes medievais, reformadores), pela tradição rabínica (nesses dois casos, a dificuldade é de reunir todo o material disponível) ou pelo exame das obras escritas sobre o assunto nos últimos 200 anos. Seguiremos essa metodologia, pois: 1) Essas obras examinam a teologia do AT, sem mesclar com a do NT ou com um amplo sistema bíblico-teológico. 2) Essas obras dão bastante atenção a dados históricos. Um texto não pode significar o que nunca significou. Contudo, há muita controvérsia sobre o contexto de várias passagens. 3) A maioria dessas obras relaciona o AT com a igreja.

Essas linhas gerais concordantes não ocultam as diferenças entre os teólogos do AT. Discorram quanto ao modo de ouvir o AT, quanto ao contexto histórico e quanto à sua mensagem. Assim, a história dessa disciplina é bem desorganizada. Destacaremos 4 períodos.

1.1.1 Primórdios: de Gabler a Wellhausen (1787–1878)

Atribui-se o início da disciplina “Teologia Bíblica” à palestra de Gabler, em 1787. Ele defendeu que a teologia bíblica difere da dogmática em sua origem e propósito. Esta é didática e parte de pressupostos filosóficos e eclesiológicos. A teologia bíblica se atém ao que os escritores bíblicos afirmam. Gabler propôs para o estudo da teologia do AT: 1) Reunir dados sobre contexto, autores e estilos; 2) Comparar as ideias de cada autor e período; 3) Analisar pontos de concordância e discordância. Por ser de uma época racionalista, Gabler argumenta que a exegese deve determinar quais partes contêm ensinamentos universais e inspirados. Sua metodologia tem pontos fortes e fracos. Fortes: insistência no valor da teologia bíblica e da análise histórica. Fracos: insistência no racionalismo, eliminando o sobrenatural e a inspiração; possível desconsideração do AT por não ter princípios atemporais; divisão entre estudo acadêmico da teologia e ensino da igreja.

Em 1796, Bauer publicou a primeira obra de teologia do AT, também bastante racionalista. Interpretou os milagres como mitos, desprezando o sobrenatural. Rompeu com a dogmática, mas estruturou sua obra em 3 categorias: teologia, antropologia e cristologia. Principais contribuições de Gabler e Bauer: 1) criaram a teologia do AT; sustentaram que o AT deve ser ouvido pelo que é, antes da dogmática interferir. 2) defendem que a teologia do AT deve ter contexto histórico (embora racionalista). 3) sustentam que o AT ensina algumas verdades universais (embora tenham eliminado boa parte do AT). 4) Bauer dividiu o material bíblico em categorias dogmáticas, que se ajustam de modo imperfeito ao AT.

Em 1813, Kaiser vai além no racionalismo, afirmando que a religião do AT é apenas uma dentre muitas similares e negando a revelação especial. A ênfase passou a ser na história da religião. De Wette defendeu que os mitos são meios poéticos para expressar o sagrado, sugerindo sua desmitologização para descobrir verdades universais que servem para a igreja. Embora compartilhe dos pressupostos de Gabler e Bauer, sua ênfase no mito como escrito religioso com significado e na história da religião inspirou análises semelhantes.

Vatke (1835) usou as ideias de Hegel para enfatizar o desenvolvimento da religião no AT, de etapas mais baixas para uma mais elevada. Sua análise das declarações históricas do AT o levou a declarar que a Torá não foi produzida na época de Moisés, e sim em uma época com religião mais complexa. Deuteronômio foi escrito na reforma de Josias (algo já proposto por de Wette). São os profetas os fundadores da religião monoteísta. Todas as referências históricas anteriores aos profetas são escritas posteriores que projetam no passado ideias então vigentes.

Reações conservadoras surgiram em 1829, com Hengstenberg. Ele discordou de que a contribuição do AT para a dogmática fosse limitada. Além disso, o AT tem valor para a teologia bíblica e tem grande unidade com o NT. Defendeu a autoria mosaica do Pentateuco, criticando os liberais. Insistiu na relação íntima entre os Testamentos (promessa e cumprimento), na historicidade e na inspiração bíblica; desse modo, defende um desenrolar no tempo, mas sem evolução. Havernick, aluno dele, enfatizou a história da salvação como explicação da relação entre a história do AT e sua teologia: ela atinge seu ponto máximo em Jesus. Hofmann (1844) usou o termo “história da salvação” pela 1ª vez, indicando que o AT registra os esforços divinos para redimir a humanidade em diversas etapas.

O maior proponente da “história da salvação” foi Oehler (1845, 1874). Ele defende que o intérprete deve mapear o processo de desenvolvimento da fé no AT. Para ele, a teologia bíblica deve entender o AT à luz da revelação em Cristo, mostrando como o propósito redentor se desenvolveu nas etapas preliminares da história de revelação. A salvação se revela na história. Oehler apresentou o material bíblico nas três partes da Bíblia Hebraica, resumindo a história do mosaísmo e do profetismo (nas duas primeiras partes) e acrescentando comentários sistemáticos (em todas as partes). Assim, ele demonstra como a interpretação histórica leva a afirmações doutrinárias; a fraqueza dessa abordagem está na integração dos Escritos na história da salvação. Pontos fortes dos conservadores: 1) defesa da inspiração bíblica, 2) insistência na exatidão histórica do AT, 3) crença no sobrenatural, 4) interligação entre história e teologia e entre os Testamentos. Pontos fracos: 1) ênfase no sistema hegeliano de desenvolvimento histórico, deixando o AT sem ideias próprias importantes (admite só suas promessas messiânicas, não ideias sobre santidade, sabedoria e justiça social). 2) metodologia de pouca acessibilidade e com difícil aplicação nos Escritos.

Os liberais fugiram da autoridade eclesiástica e foram para o historicismo acadêmico, encontrando no AT verdades universais, sentimentos religiosos e um trampolim para o NT; os conservadores ficaram na igreja e buscaram uma correta filosofia da história, fazendo menos distinção entre os Testamentos e enfatizando a história da salvação. [*epistemologia do homem como intérprete desimpedido, objetivo e apartidário dos dados*].

1.1.2. O domínio do historicismo (1878–1920)

A obra de Wellhausen (1878) redirecionou os estudos bíblicos até hoje. Ele sintetizou as descobertas anteriores num todo legível e persuasivo. Para ele, Deuteronômio foi escrito no sec. 7, e a religião de Israel evoluiu com o tempo. Portanto, o material sacerdotal é do final da história de Israel e o Pentateuco foi concluído após os profetas. Também concordou com a teoria de fontes no Pentateuco, defendendo que os profetas fundaram a fé ética e monoteísta. Para ele, a religião israelita começou como um culto à natureza similar ao dos vizinhos, evoluindo para o monoteísmo ético dos profetas, para o monoteísmo insistente e santuário central de Deuteronômio e dos livros por ele influenciados, chegando à religião sacerdotal final. Ele entende que parte da história do AT é reflexão posterior retroprojetada.

Suas ideias dominaram facilmente o campo teológico. A abordagem histórica imperava. Os estudiosos reconstruíram histórias “coerentes” da religião israelita. Stade e Kautzsch escreveram teologias do AT que apresentam, de fato, uma história da religião. Schultz (edições de 1869 a 1896) dialogou com as teorias dominantes, adotando algumas e rejeitando outras; defendeu o reino de Deus como tema unificador dos Testamentos, no que foi seguido por estudiosos posteriores. Dillmann e Orr reagiram contra Wellhausen, mas as ideias dele continuaram, com modificações.

1.1.3. O ressurgimento da teologia do AT (1920–1960)

A 1ª Guerra Mundial afetou fortemente a teologia, revelando o abismo moral da humanidade e o clamor por um governante santo e soberano. Barth (1919) redirecionou a teologia para as Escrituras e a igreja, modelando-se em Calvino, Lutero e Kierkegaard. Mas não retornou totalmente ao ponto de vista conservador. [Barth proclamou a normatividade teológica, em um ato de subversão epistemológica; questionou a autonomia da razão. *O programa cartesiano de razão autônoma também é um ato de fideísmo filosófico*].

Dois outros fatores ajudaram a renovar a importância da teologia do AT. 1) Perda da fé no naturalismo evolucionário, rejeitando o desenvolvimento religioso de Israel. 2) Rejeição da objetividade científica do observador.

König (1922) retornou às convicções anteriores sobre a interligação entre história e teologia. Eissfeldt (1926) defendeu sua separação, mas Eichrodt discordou. Ele vê subjetividade nos dois lados. Sua teologia (1933) foi uma obra marcante e defende a aliança divina com Israel como o conceito unificador da teologia do AT. O modelo pactual também oferece uma ponte entre os Testamentos. Seu material está estruturado em categorias sistemáticas: Deus e o povo da aliança, Deus e o mundo, Deus e a humanidade. Dentro de cada seção, ele comenta as instituições, líderes e culto de Israel. Köhler (1935) preferiu o tema “Deus é o Senhor que dirige”, mas também divide a análise em categorias sistemáticas.

Após a 2ª Guerra Mundial, surgiram obras com temas específicos: Rowley (1942), Snaith (1944) e Wright (1944). Defenderam o testemunho teológico singular de Israel no mundo antigo e sua relevância para os fiéis atuais. [Importante contribuição]. Surgiu o chamado movimento de teologia bíblica, com novas obras. Vriezen (1949) apresentou o tema unificador da comunhão de Deus com o homem. Ele analisa extensamente o relacionamento do AT com a igreja, foca continuamente no relacionamento entre Deus e o homem, investiga a “comunidade de Deus” e seu impacto na ética.

Wright (1950) focou no caráter único da religião de Israel e propôs (1952) o tema unificador “o Deus que age”. Ele diferencia a fé de Israel das religiões ao redor devido ao ato redentor divino e à aliança sinaítica. É uma teologia de recitação dos eventos formadores de sua história. Todo o restante da Bíblia é uma reflexão sobre essa redenção. Jacob (1955) concorda com Wright e enfatiza os temas da presença (caráter) e da ação de Deus.

A obra mais impactante do período foi a de Von Rad (1957; 1960), que também enfatiza os atos redutores de Deus na história. Ele argumenta ser impossível determinar a história do Hexateuco, pois não crê em sua historicidade. Salienta a importância das confissões teológicas (*kerygma*), sintetizadas em Dt 6.20-24; 26.5-9; Js 24.2-13 e 1Sm 12.7-8. A repetição dos mesmos elementos nas Escrituras o leva a considerar Dt 26 como uma confissão seminal de Israel. Analisando livro por livro, enfatiza que Deus agiu graciosamente a favor de Israel, por isso o AT é válido para a igreja hoje.

Ao analisar esse período, percebemos que houve um retorno a posições conservadoras, mas ao mesmo tempo não se eliminaram os pressupostos de redação tardia do Pentateuco. A diversidade crescente logo geraria uma crise metodológica.

1.1.4. O crescimento da diversidade (1960–1993)

A década de 1960 foi calma, com poucas obras. Os conservadores voltaram ao debate com Young (1958) e Payne (1962), retomando a ênfase na história da salvação. Payne salienta sua diferença dos liberais (ao afirmar a inspiração bíblica) e dos dispensacionalistas (ao afirmar a aplicação prática do AT à fé cristã). Para ele, os conservadores devem ressaltar a unidade da Palavra de Deus, buscando conexões redutoras entre os Testamentos. Payne apresenta seu material em sete partes, com estágios de redenção.

Outros autores abordaram o AT de forma diversa. Schmidt (1968) tentou analisar a fé de Israel em seu desenvolvimento na história, comparando-a com outras religiões. Wright (1969) retoma argumentos anteriores. Contudo, essas abordagens continuam sem encaixar as partes não narrativas.

Por isso, Childs (1970) declara que há uma crise na teologia bíblica. Ele reafirma a unidade das Escrituras, a revelação histórica, a singularidade da religião de Israel, e o valor do AT para a igreja. Para alcançar esse alvo, propôs seguir o cânon hebraico (em vez de seguir a história, o querigma ou um tema específico) como base para a teologia do AT.

Harrison (1969) é talvez a obra conservadora mais volumosa e importante até hoje (1993). Faz ampla crítica aos liberais, rejeitando a história evolucionária de Israel e a teoria das fontes do Pentateuco. Ele defende a plausibilidade da história bíblica e da autoria mosaica do Pentateuco. Apresenta seu estudo seguindo o cânon hebraico.

Na década de 1970, a diversidade aumentou. Zimmerli (1972) e Fohrer (1972) buscaram pontos unificadores para seus estudos. Zimmerli defende que Deus deseja ser conhecido não como um Deus variado, mas como Javé uno. Ele escolhe o 1º mandamento como tema do AT: a obediência a Javé, Deus redentor e uno. Fohrer enfatiza a soberania divina e sua comunhão com o homem. Afirma a natureza normativa da teologia do AT e sua aplicação para a igreja hoje.

McKenzie (1974) rompe com a tradição de estudar o AT para entender o NT. Propõe estudar o AT em si mesmo, como se o NT não existisse. Enfatiza culto, revelação, história, natureza, sabedoria e instituições, valorizando raízes existenciais do AT (como Harnack e Bultmann).

Em 1978, surgiram obras de Kaiser, Terrien, Clements e Westermann. Kaiser rejeita a crítica das fontes e a história da religião, pois impõe pressupostos sobre o texto. Ao ouvir apenas o texto, Kaiser propõe que seu centro do AT está no sistema de promessas e cumprimento. Ele junta a ênfase na história da salvação com a abordagem do tema unificador e com o apego ao cânon hebraico. Permanece a dificuldade de cobrir toda a teologia do AT com essa abordagem. Terrien preferiu como tema unificador a presença de Deus, que é real e elusiva. É similar ao tema da comunhão (Vriezen e Fohrer), mas enfatiza mais a elusividade. Para ele, a teologia da presença culmina na Eucaristia, o que indica unidade entre o AT e o NT. Seu maior feito é a abordagem à sabedoria, em que estabelece conexão com o relacionamento com Deus. A maior falha do livro é o exagero na elusividade divina, sem indicar que essa percepção irreal se deve ao pecado humano e às circunstâncias da vida. Clements enfatiza o fato de o AT formar um cânon unificado, com uma teologia definida. Seguindo a Bíblia Hebraica, examina a Lei e os Profetas. A Lei apresenta instruções para a vida sob a aliança divina; os Profetas, a promessa de esperança e de dor com base em Deuteronômio. Enfatiza a relação dos profetas com a Torá e como ponte para os Escritos e o NT. Westermann segue o cânon hebraico, mas exclui a ideia de um tema unificador, preferindo eventos em vez e conceitos. Isso novamente descarta a literatura sapiencial. Ele enfatiza os atos divinos e temas tradicionais associados.

Childs (1980) procura levar a sério o contexto histórico e o testemunho teológico específico do AT e do NT e a unidade canônica. Ênfases: 1) Segue a forma final do cânon hebraico, descartando o processo de formação do cânon. 2) Ordena o estudo ao analisar cada livro em seu lugar no cânon. 3) Soluciona o dilema história-fé propondo que o cânon é um documento de fé escrito em um contexto histórico. 4) Defende a autoridade de todo o cânon, não só de ideias universais ou porções do AT.

Martens (1981) seguiu um caminho diverso, enfatizando uma passagem-chave do AT (Êx 5.22–6.8). A partir dela, acompanha 4 temas contidos no plano divino para Israel e a humanidade: livramento, comunidade, conhecimento de Deus e vida abundante. Enfatiza a autoridade do AT e sua aplicabilidade para o crente atual.

Gese (1983) segue Von Rad em valorizar as tradições. Descarta o tema único e valoriza a história da salvação. Contudo, questiona a normatividade da forma final do cânon e sugere incluir os apócrifos para chegar ao NT. Para ele, a autoridade bíblica está na caminhada de Deus com Israel, e não no texto final.

Childs (1984; 1985) resume sua “abordagem canônica”. 1) Reforça que a teologia parte da forma final do cânon, não dos eventos por trás do texto. Ele subordina a história à teologia. 2) O cânon é a literatura autoritativa na qual a igreja encontra sua autoridade. 3) A teologia do AT é uma

disciplina cristã, mas deve-se evitar a cristianização indevida do AT. Seu objetivo é aplicar o AT mais vigorosamente na vida da igreja cristã. Childs descarta um tema único e não se limita a categorias sistemáticas ou baseadas na tradição. Ele defende a importância da sua abordagem ao AT: 1) É bom senso considerar o amplo material do AT antes do NT. 2) A perspectiva de estudo deve ser teológica, e não filológica, histórica ou literária. 3) Isso permitirá ver as contribuições singulares do AT. 4) Promoverá interpretação correta do NT. Childs está correto na convicção de que o cânon final é autoritativo para a reflexão teológica; as questões pré-textuais são servas do texto. Sua abordagem canônica coloca a história no lugar correto e permite construir a teologia bíblica a partir de cada livro em sequência no cânon. Childs falha em alguns aspectos: 1) Desvincula a revelação do texto. 2) Sua abordagem não funciona bem fora do formato livro-a-livro. 3) De forma inconsistente, o estudo sobre sacerdotes e culto fica após os profetas (seguindo a crítica das fontes), e não com a Lei. 4) Há pouca ênfase nos Escritos.

Hanson (1986) enfatiza a comunidade na Bíblia, mas retorna à crítica das fontes. A autoridade do texto reaparece no reencontro do leitor com o compromisso original da comunidade. Barth (1991) retorna ao tema da presença de Deus. Ele registra 9 grandes atos divinos que unificam a teologia do AT. Brueggemann (1992) prefere uma abordagem dialética na teologia do AT, entre a função de legitimação da estrutura (controle ideológico da sociedade) e de reconhecimento da dor (disfunção no relacionamento com Deus ou com os outros). A 1ª função favorece os interesses dominantes, é adotada pela igreja atual, usa grande parte da aliança sinaítica e dos textos da monarquia. A 2ª função é uma voz minoritária que gera tensão contínua, presente nos profetas e sábios. Ele defende que retomar essa voz é vital para o cristianismo hoje. Pode-se criticar sua obra: é questionável se a ênfase sociológica em uma luta ideológica de classes está realmente presente no texto.

Childs (1992) foi o apogeu de suas publicações, defendendo seus pontos anteriores. Na 1ª parte, analisa o AT seguindo de perto o cânon. Na 2ª parte, faz uma interrelação entre os Testamentos via Gn 22 e Mt 21. Na 3ª parte, examina temas (Deus, Criador, Cristo Senhor). Rendtorff (1977; 1993) rejeitou a crítica das fontes e abraçou a análise canônica. Sua obra tem duas partes: numa segue o cânon, livro a livro; na outra considera temas. Apresenta ensaios ilustrativos. Smith (1993) desenvolve sua teologia em categorias sistemáticas. Seu objetivo é descritivo.

1.1.5. Conclusão

Os 200 anos da disciplina revelam grande diversidade. O racionalismo cedeu ao historicismo e este à situação variada atual. O que se ganhou com isso? Alguns princípios. 1) A teologia do AT deve manter laços com o contexto histórico do mundo antigo. 2) O estudo deve cooperar com a teologia da Bíblia toda, embora alguns prefiram estudar o AT isoladamente. 3) A teologia deve falar ao mundo atual de modo normativo (não descritivo).

Como está a disciplina hoje? Não há consenso sobre como alcançar esses objetivos. Deve-se defender um tema unificador ou elementos bipolares? O exame deve ser canônico ou conforme a história reconstruída de Israel? Como ficam a revelação e a autoridade da Bíblia? Como relacionar o AT com o NT? Nenhuma obra resolverá todas as questões.

1.2. Uma metodologia para examinar a teologia do AT

1.2.1. Princípios básicos

O que fundamenta esta obra de teologia? A definição de que a teologia do AT visa apresentar o que o AT como um todo afirma sobre Deus (natureza, ações, atributos) e seu relacionamento com o mundo criado. Deus precisa estar no primeiro plano da pesquisa.

Além disso, a teologia do AT deve ter algumas convicções básicas. 1) Tem base histórica. 2) Explica o que o texto afirma, não lhe impondo sistemas teológicos ou históricos. 3) Quando é parte da teologia cristã, trata do relacionamento com o NT. 4) Junto com a teologia do NT, oferece material para os sistemáticos categorizarem. 5) É prescritiva.

Outras convicções próprias: 1) Apresentar de forma clara e coerente para aplicação na vida. 2) Mostrar a unidade teológica dentro da diversidade, sem ocultar textos difíceis. 3) Ser honesto quanto aos pressupostos.

A teologia do AT não deve incluir certas tarefas. 1) Estudo histórico da religião de Israel. 2) Estudo da perspectiva do NT. 3) Justificação de sistemas teológicos.

1.2.2. Princípios para uma abordagem canônica

Hasel resume as obras de teologia do AT em 10 metodologias e faz sua proposta com uma combinação delas. Contudo, não acertou.

Nossa proposta: 1) A teologia do AT deve seguir o cânon hebraico (Lei, Profetas e Escritos), sem incluir os apócrifos, mas assinalando as conexões entre os livros. 2) Seguir a ordem canônica salienta o contexto histórico do AT. Isso descarta a reconstrução histórica da crítica das fontes. 3) Apesar da oposição de alguns a um tema unificador, defendemos um ponto de convergência (não necessariamente o tema central do AT). Seu objetivo é refletir as Escrituras e dar unidade à análise do teólogo. Um tema central só pode ser defendido ao se demonstrar que todos os demais são secundários. O tema unificador é a existência e a adoração do único Deus. Esse conceito ajuda a explicar as ideias do AT sobre Deus, Israel e a humanidade, além de conectar as comunidades de fé do AT e do NT. 4) O objetivo prático dessa abordagem canônico-temática é prover aos estudantes conhecimento de cada livro bíblico.

Sumariamos nossa proposta canônica assim. 1) Exame do cânon palestino (Lei, Profetas e Escritos), seguindo o texto da Bíblia Hebraica. 2) Exame de cada livro para mostrar sua contribuição teológica singular para o AT, e identificação de conexões intertextuais entre o livro estudado e o cânon. 3) Rápidos comentários sobre detalhes históricos, autoria, data e público. 4) Ênfase no tema centralizador do monoteísmo, no caráter e nos atos divinos. 5) Tratamento do cânon como Escritura normativa e inspirada.

Assim, “canônico” aqui significa análise teocêntrica, intertextual, ciente da autoridade do texto, do contexto histórico e em busca da totalidade da mensagem do AT.

Apêndice. A teologia do AT a partir de 1993

Outras obras continuaram a aparecer após 1993. Preuss (1992) continua na mesma linha de Eichrodt, usando a eleição como tema central. No 1º volume, ele dá as razões da eleição divina, as obrigações dos eleitos, os nomes divinos, o mundo da adoração. No 2º volume, segue a eleição no cânon e trata de ética, adoração, escatologia e nações. Sua abordagem do tema único Ihe permite enfatizar o caráter de Deus e suas ações na história. Sua maior fraqueza é pôr a revelação fora do texto, enfraquecendo a sua normatividade e autoridade.

Três obras dessa época se dedicam à metodologia:

A) Perdue (1994) sugere um novo paradigma, longe da história. Ele sugere extrair o sentido do texto (que requer sensibilidade literária), desvendar os múltiplos temas e ideias do texto (várias teologias dentro do AT), examinar como o texto tem sido interpretado na história, correlacionar as interpretações passadas com as inquietações atuais. Perdue crê que o texto deve ser explicado de modo relevante ao mundo atual e que o exame do texto é central. Mas também enfatiza que há conflitantes teologias no AT, sem necessidade de uni-las num todo.

B) Sailhamer (1995) sugere tratar questões fundamentais: 1) A teologia do AT deve enfocar o texto em sua forma final como palavra de Deus. 2) A abordagem deve ser canônica. 3) A teologia deve ser confessional (não apenas descritiva), pois o AT convoca o leitor a adotar sua visão sobre Deus, a história e o futuro. 4) A abordagem deve ser diacrônica (embora a sincrônica não esteja errada), seguindo o fluir de cada parte. Seu método é similar ao de House.

C) Knierim (1995) sugere que o AT possui múltiplas teologias e tenta encontrar um modo apropriado de uni-las. Ele discorda de um princípio unificador exclusivista, defende uma apresentação pluralista que enfatize o domínio universal do Senhor. Ele enfatiza a criação, o monoteísmo e a justiça e retidão de Deus.

Brueggemann (1997) também defende a pluralidade metodológica. Ele evita uma teologia cristã exclusivista, que reduza o AT ao NT. Enfatiza o texto para permitir que suas teologias várias coexistam. Detalha o testemunho básico de Israel sobre a incomparabilidade de Deus; depois, apresenta o seu testemunho contrário, que se concentra no mistério e na ambiguidade divina. Enfim, retorna ao testemunho sobre os parceiros de Deus. Contudo, não salienta a autoridade do texto e sua natureza normativa, com medo do reducionismo. Além disso, não entende as múltiplas vozes como descrições complementares de Javé.

Seitz (1998) apresenta 3 seções: abordagem à teologia bíblica; estudos exegéticos; contribuição da teologia e da exegese à igreja. Defende a unificação dos Testamentos e discorda do título “Bíblia Hebraica” (elimina o centro cristológico da teologia bíblica). Reluta em igualar a Bíblia à Palavra de Deus, diminuindo sua autoridade.